

## Soluções Sinérgicas ou Monstros Híbridos: Educação Modernizadora pela Via das Parcerias Público-Privado

Políticas públicas da Terceira Via de Tony Blair. As Parcerias Público-Privado (PPP) ... uma análise a modelos de gestão de escolas inglesas.

No centro das políticas públicas da Terceira Via de Tony Blair em Inglaterra encontra-se a constantemente sublinhada afirmação: *'O que conta é aquilo que funciona!'* Trata-se de uma retórica da qual é difícil de discordar. No final de contas, todos nós queremos que os sistemas educativos produzam cidadãos letrados, comboios que cumpram os horários e hospitais que respondam às nossas necessidades de saúde. Contudo, aquilo que Blair logo a seguir adianta, quase sem variação, e que tem surgido como característica fundamental da Terceira Via é que só o *sector privado* é susceptível de ser considerado como fazendo funcionar as coisas mais eficiente e eficazmente, conseguindo, assim, melhor qualidade.

Em todos os projectos intelectualmente envolvidos na reconfiguração da educação em Inglaterra, a insistência do New Labour nas Parcerias Público-Privado (ou PPP, como são actualmente referidas em Inglaterra) como a única forma viável de modernizar o sector público de serviços, tem de ser seriamente confrontada. Trata-se de soluções sinérgicas, como defende Blair, ou de monstros híbridos lançados sobre um público que está longe de os desejar? Teoricamente, as PPP desafiam as limitações das lógicas particulares da 'privatização' e da 'monopolização'. A primeira, infere-se, é inerente ao sector privado, a segunda ao público. As PPP assentam também na premissa segundo a qual elas produzirão um serviço público mais diversificado, mais flexível e mais relevante, como consequência do:

- i. encontrar novas formas de financiamento de dispositivos de uso público - como a construção de novas escolas e investimentos em ICT;
- ii. procurar no sector dos negócios ideias inovadoras para o desenho e operação dos serviços; e do
- iii. fornecer um meio para o estado recolocar o 'risco' no sector privado, com base no pressuposto de que o sector privado tem um claro interesse em gerir esse risco.

Mesmo tendo em consideração os amplos constrangimentos estruturais sobre a despesa pública, as PPP têm sido fervorosamente promovidas no campo da educação por Blair - sugerindo algo mais para além dos constrangimentos estruturais das UE. Por exemplo, a solução de emergência para as escolas em risco das comunidades mais pobres em Inglaterra tem sido o desenvolvimento de Zonas de Acção Educativa, utilizando o modelo das PPP. As parcerias funcionam da seguinte forma. As escolas em risco podem formar um agrupamento de 8-10 escolas. Com base num Plano de Zona o governo coloca cerca de 500,000 de libras, sendo que mais 250,000 libras reunidas pelo governo são injectadas pelo sector privado. As Zonas são governadas pelos Foruns de Acção; estes são uma combinação do negócio local, comunidade e expertise em educação. As Zonas podem também ignorar as velhas condições de trabalho para os professores. Os professores são contratados com base em contratos não colectivos, individuais e podem trabalhar com diferentes horários e por menores salários em relação aos dos seus colegas das escolas fora da Zona. Sob esta estrutura de governação, assume-se que as escolas das Zonas serão inovadoras, melhor geridas e acrescentando um maior valor aos seus estudantes.

Mesmo consideradas sob estes critérios, as Zonas têm tido um fracasso espectacular. De acordo com os relatórios do *National Audit Office* e do *Office for Standards and Inspection*, o mundo empresarial não investiu nas Zonas, as escolas não se tornaram particularmente inovadoras, e há poucos indícios que os níveis de sucesso dos alunos tenha aumentado para além daquilo que pode ser atribuído aos programas de intervenção que funcionariam de qualquer forma. Aparentemente, a principal razão pela qual o sector privado não investiu nas Zonas de Acção Educativa é que o investimento tem de ser feito numa base não lucrativa

Há, contudo, aqui um mais profundo conjunto de preocupações relacionado com a própria natureza da educação pública em si mesma. Dado que a escolarização é obrigatória, e que a educação é de utilidade e um bem público, torna-se central a questão de quem investe em educação, com que objectivo e com que resultados. Em qualquer reconfiguração da gestão da educação - quem é o proprietário, quem financia, fornece e regula a provisão educativa - as preocupações do governo não podem, certamente, ser da ordem de *'o que conta é aquilo que funciona'*. Pelo contrário, numa democracia os governos têm que lidar obrigatoriamente com as questões *'o que é que funciona para quem e com que consequências'*. Deve ser este o teste para as PPP.